

## Língua de sinais e resistência de sujeitos surdos: análise discursiva de uma piada em Libras da TV INES

Matheus Batista Barboza Coimbra<sup>\*</sup>, Élcio Aloisio Fragoso<sup>\*\*</sup>

### Resumo

A língua de sinais e os sujeitos surdos enfrentaram, no decorrer da história, diversas tentativas de silenciamento. Discutindo sobre isso, o objetivo deste artigo é analisar uma piada em Libras, disponibilizada como parte da programação da TV INES, a qual funciona como um mecanismo de resistência surda. Como pressupostos teóricos e metodológicos, tomamos a perspectiva da Análise de Discurso materialista, conforme postulada por Pêcheux e Orlandi. Os resultados da pesquisa nos permitem dizer que os sujeitos surdos são vistos como inferiores e sofreram diferentes formas de repressão. No entanto, esse apagamento e silenciamento produzem os movimentos de resistência de sujeitos surdos, tendo em vista que os sentidos sempre podem ser outros.

**Palavras-chave:** língua de sinais; sujeitos surdos; resistência.

## Sign language and resistance of deaf subjects: discursive analysis of a joke in Libras on TV INES

### Abstract

Sign language and deaf subjects have faced various attempts of silencing throughout history. Discussing this, the aim of this article is to analyze a joke in LIBRAS, made available as part of TV INES programming, which functions as a mechanism of deaf resistance. Adopting the theoretical and methodological assumptions of Materialist Discourse Analysis, as postulated by Pêcheux and Orlandi, our research results allow us to assert that deaf subjects are perceived as inferior and have undergone different forms of repression. Nevertheless, this erasure and silencing generate movements of resistance among deaf subjects, considering that meanings can always be reconfigured.

**Keywords:** Sign language; deaf subjects; resistance.

## La lengua de señas y la resistencia de sujetos sordos: análisis discursivo de un chiste en Lengua de Señas Brasileña (Libras) de la TV INES

### Resumen

La lengua de señas y los sujetos sordos han enfrentado a lo largo de la historia diversos intentos de silenciamento. En este contexto, el objetivo de este artículo es analizar un chiste en Libras, presentado como parte de la programación de TV INES, la cual funciona como un mecanismo de resistencia de la comunidad sorda. Adoptando

<sup>\*</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UNIR). Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com bolsa CAPES. Professor de Linguagens do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Poços de Caldas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7889-2518>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4441664054226284>. E-mail: [matheus.coimbra@ifsuldeminas.edu.br](mailto:matheus.coimbra@ifsuldeminas.edu.br).

<sup>\*\*</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, lotado no Departamento Acadêmico de Línguas Vernáculas (DALV), Campus de Porto Velho. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras (PPGML/UNIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6807-7851>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0480649113661832>. E-mail: [elciofragoso@unir.br](mailto:elciofragoso@unir.br).

como supuestos teóricos y metodológicos la perspectiva del Análisis del Discurso materialista, tal como postulado por Pêcheux y Orlandi, nuestros resultados de investigación nos permiten afirmar que los sujetos sordos son percibidos como inferiores y han sufrido diferentes formas de represión. No obstante, este borrado y silenciamiento generan movimientos de resistencia entre los sujetos sordos, considerando que los significados siempre pueden ser reinterpretados.

**Palabras clave:** Lengua de señas; sujetos sordos; resistencia.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, temos como objetivo analisar discursivamente uma piada em Libras, veiculada à programação da TV INES, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso materialista propostos por Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Essa piada, vista como discurso, funciona como um mecanismo de resistência surda. Para realizar essa análise, retomamos os discursos sobre a resistência de sujeitos surdos e a disputa da língua de sinais com a língua oral. Posteriormente, selecionamos como *corpus* parte da programação da TV INES, mais especificamente, a análise de uma piada em Libras intitulada “Branca de Neve e os 8 anões”.

A TV INES foi criada em 24 de abril de 2013 pelo Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), em parceria com a Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto), e tem o objetivo de disponibilizar conteúdos informativos e culturais acessíveis em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para telespectadores surdos. Toda a sua programação é bilíngue, com sinalização em Libras e o uso de legendas e locução em Língua Portuguesa. Além disso, toda a programação é disponibilizada online, podendo ser acessada a qualquer tempo e em qualquer lugar no qual haja acesso à internet. Os programas dessa TV possuem conteúdos diversificados e veiculam matérias jornalísticas, educativas e de entretenimento (Silva, 2017). Entretanto, mesmo possuindo uma grande relevância social para a comunidade surda, essa TV foi descontinuada em março de 2021.

A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho, como mencionado, é a da Análise de Discurso materialista. Nesse sentido, compreendemos a AD como uma disciplina de entremeio, a qual “se estrutura no espaço que há entre a linguística e as ciências das formações sociais” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 23). Entretanto, a AD não faz um simples aproveitamento dos conceitos dessas áreas, pois é uma disciplina que questiona tais conceitos, reformulando-os. Dessa forma, a Análise de Discurso nos dá a possibilidade de trabalharmos com os efeitos de sentido (discursos) produzidos em um determinado objeto discursivo. É uma disciplina que “trabalha para desconstruir o sentido único, posto, estável, soberano” (Leandro-Ferreira, 2020,

p. 24). Logo, acreditamos que essa perspectiva teórica torna possível alcançarmos o objetivo proposto nesta pesquisa.

### **Resistência de sujeitos surdos**

O Congresso de Milão, que ocorreu em 1880, foi um marco na história dos surdos no mundo. Nesse evento internacional, foi decidido que o oralismo deveria ser o único método utilizado na educação de surdos. Desse modo, as línguas sinalizadas foram proibidas nas instituições escolares. De acordo com Strobel (2009, p. 34), “nenhuma outra ocorrência na história da educação de surdos teve um grande impacto nas vidas e na educação dos povos surdos. Houve a tentativa de fazer da língua de sinais em extinção”.

Na tentativa de dar a aparência de uma ação democrática, nesta ocasião, foi realizada uma votação com os presentes no Congresso, a qual aprovou, quase com unanimidade (150 votos a favor e 14 contra), a seguinte resolução:

O Congresso:

Considerando a incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento,

Declara:

Que se deve dar preferência ao Método Oral ao invés do método de sinais para a educação e ensino do surdo-mudo (INES, 2011[1880], p. 4-5).

Dessa maneira, “a linguagem de sinais” é significada como inferior a “linguagem oral”. Isso é posto como algo “incontestável”, produzindo o efeito de sentido de que não havia possibilidade para uma outra interpretação, ou seja, temos uma proibição de um sentido-outro. Ninguém poderia questionar esse fato, pois o discurso científico, considerado legitimado, apoiava esse posicionamento, já que, no imaginário social da época, a aquisição da língua oral proporcionaria a “reintegração do surdo-mudo à sociedade”. Ainda, sobre esse ponto, Lima e Lopes (2020, p. 229) afirmam:

As deliberações do congresso de Milão, como ficou conhecido, foram amplamente seguidas pelas instituições que atendiam às pessoas com surdez em todo o mundo. Além disso, os dizeres proferidos nesse evento foram cristalizados no imaginário social e passou-se a produzir, pelo interdiscurso, novos dizeres que, ao manterem os sentidos já estabilizados, produzem a atualização de uma memória do discurso sobre o surdo, a surdez e sobre a oralização.

A decisão tomada nessa ocasião não foi apoiada pelos surdos. Embora estivessem presentes alguns professores surdos no Congresso de Milão, eles não puderam votar, pois todos que possuíam direito ao voto eram ouvintes. Os surdos apenas presenciaram, em silêncio, a proibição da língua de sinais. “As suas ‘vozes’ não foram ouvidas e excluídas de seus direitos de votarem” (Strobel, 2009, p. 34). Cabe ressaltar que o veredicto não afetava apenas a comunidade surda local, mas mundial, pois se tratava de um congresso internacional, e os efeitos das decisões recairiam no mundo todo, inclusive, no Brasil.

Desse modo, observamos uma tentativa de silenciamento dos sujeitos surdos. A esse respeito, para a Análise de Discurso, o silenciamento pode ser compreendido, discursivamente, como uma proibição de sentidos (Orlandi, 1995). No entanto, a proibição promulgada no Congresso de Milão não era simplesmente um tipo de censura sobre o que podia ou não ser dito. Trata-se de algo muito mais grave, pois foi interditado o uso de línguas sinalizadas, línguas essas utilizadas por diferentes comunidades surdas. Assim, tirou-se, de maneira arbitrária, o direito dos surdos de se expressarem em uma língua (de sinais).

Na perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista, a língua é compreendida como a base material para que o discurso aconteça (Orlandi, 2009). Em outras palavras, a língua é o “lugar material onde se sustentam os processos discursivos responsáveis pela produção de sentidos” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 181). Dessa maneira, ao tirar dos surdos o direito de se expressarem em língua de sinais, tira-se deles a base material para que os seus discursos sejam produzidos nessa língua. Não se trata somente do impedimento de sentidos, mas sim do impedimento de produzir discursos em línguas sinalizadas. É um tipo de silenciamento mais perverso, pois não impede o sujeito surdo somente de dizer x ou y, mas o impede de produzir qualquer discurso em língua de sinais. Portanto, trata-se de uma tentativa de extermínio da língua de sinais e de toda uma comunidade linguística que faz uso dela.

Durante este período conturbado da história dos surdos, há relatos chocantes de torturas físicas que tinham o objetivo de impedi-los de usar a língua de sinais. Por exemplo, surdos relatam que suas mãos eram amarradas nas escolas para que não conversassem em língua de sinais com outros colegas surdos (Gesser, 2009). Caso não seguissem as regras, poderiam ter suas mãos colocadas em água quente como castigo por se expressarem em língua de sinais. Todas essas atrocidades foram tentativas de exterminar as línguas sinalizadas. Assim,

“as opressões das práticas ouvintistas são comuns na história passada e presente para o povo surdo” (Strobel, 2007, p. 27).

No entanto, o movimento de silenciamento gera resistência. Nesse sentido, conforme Orlandi (1995, p. 13):

Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não “vinga” em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho.

Assim, o que não “vingou” em um determinado lugar e época, ou seja, o uso livre da língua de sinais, resistiu e, na atualidade, os surdos têm o direito de se expressarem em línguas sinalizadas. Desse modo, embora tenha feito um caminho tortuoso, a língua de sinais “vingou”, e as tentativas de exterminá-la, portanto, não foram bem-sucedidas. Conforme postulado por Orlandi (1995), o sentido não para, mas muda de caminho, e foi isso o que aconteceu. Dito de outra forma, “o que é silenciado retorna e retorna muitas vezes de formas imprevisíveis nos movimentos de resistência” (Mariani, 2020, p. 21).

De fato, os sujeitos surdos resistiram, de uma forma imprevisível, ao extermínio das línguas sinalizadas. As instituições escolares especializadas no ensino de surdos que proibiram o uso da língua de sinais não alcançaram o seu objetivo. Na verdade, o efeito foi contrário, pois seus alunos surdos continuavam utilizando e difundindo a língua de sinais, mesmo que escondido. Agrupar alunos surdos em uma mesma instituição não acabou com a língua de sinais em troca da oralização. O efeito foi o inverso disso, ou seja, o fortalecimento da língua de sinais e a continuidade do seu uso pela comunidade surda (Gesser, 2009).

Assim, a escola é um espaço institucional de encontro de sujeitos surdos, e, portanto, um espaço de enunciação em que determinada língua (de sinais) circula, como também vestígios de uma língua oral – já que o sujeito surdo é constituído entre línguas. Desse modo, o sujeito surdo e a circulação da língua de sinais resistiram, apesar de todas as tentativas de extermínio. Com isso, a forma como o sujeito surdo é significado é deslocada. Esse sujeito é significado como incapaz, infeliz e anormal (Coimbra; Fragoso, 2023). Por meio dos movimentos de resistência, outros sentidos tornam-se possíveis.

Essa outra maneira diferente de significar o sujeito surdo é uma demonstração de sua resistência a um discurso dominante ouvintista. A partir dessa outra formação discursiva, ser

surdo não mais é mais significado como algo negativo ou como um problema. Ser surdo passa a significar uma maneira diferente de experienciar o mundo por meio da visualidade. Não se trata de alguém incompleto, infeliz ou inferior. Assim, o surdo passa a ter o direito de manifestar-se a partir da posição sujeito surdo, a qual difere da posição sujeito ouvinte, mas jamais inferior a esta última. Esse deslocamento abre espaço para novos discursos, como a possibilidade de dizer: "Tenho orgulho de ser surdo!"

A partir disso, notamos um deslocamento da representação social sobre sujeitos surdos. Essa representação parte do discurso médico que considera o surdo como deficiente ou incompleto (Coimbra; Fragoso, 2023). Tal discurso é possível de tornar-se outro, a partir dos movimentos de resistência dos sujeitos surdos. Nesse ponto, segundo Gallo (2016, p. 13), “as associações e os movimentos sociais e políticos que defendem tal grupo lutam por uma quebra de paradigma, por um rompimento dessa imagem do surdo como um corpo em que há uma falta, entendida como patologia pela clínica”.

Desse modo, conforme Strobel (2007, p. 33):

Quando a sociedade deixa o surdo ser ele mesmo, carece tirar as máscaras e assim chega o momento de o povo surdo enfrentar a prática ouvintista, resgatar-se e transformar-se no que é de direito: parte de nós mesmos, de termos orgulho de ser surdo!

Afinal, de acordo com Orlandi (1998, p. 17): “O processo de resistência é justamente isso: estabelecer um outro lugar de discurso onde se possa (re)significar o que ficou ‘fora’ do discurso”.

### **Língua de sinais versus língua oral**

As línguas de sinais, por muitas décadas, foram consideradas inferiores quando comparadas às línguas orais. Muitos a enxergavam apenas como mímica e que se assemelhava à linguagem utilizada por macacos (Gesser, 2009). Desse modo, não a consideravam como uma língua, mas apenas como um tipo de linguagem. Essa concepção sobre as línguas de sinais é tão forte que, até em nossos dias, muitos ainda utilizam a expressão "linguagem de sinais". Tal imaginário linguístico em circulação explicita o pensamento dominante da época, pois, conforme Mariani (2003, p. 79): “Vale dizer, portanto, que uma política linguística determinada se insere em um domínio de pensamento de uma época, ou seja, nas redes de sentidos que regulam o campo de saberes e o imaginário linguístico em circulação”.

Essa maneira de ver as línguas de sinais começa a se deslocar com as pesquisas do linguista William Stokoe na década de 1960. Os seus estudos indicaram que as línguas sinalizadas possuem o mesmo nível de complexidade de uma língua oral e que, portanto, não devem ser consideradas rudimentares ou inferiores (Quadros; Pizzio; Rezende, 2007).

Apesar do reconhecimento das línguas de sinais como língua, ainda há uma disputa entre a língua oral e a língua de sinais, pois existe uma tensão entre a língua minorizada e a língua dominante (Buscácio; Baalbaki, 2020). Nesse sentido, no Brasil, observamos essa disputa entre a Libras e a Língua Portuguesa, em que a segunda, claramente, é a língua dominante do país. Tratando desse cenário brasileiro, Buscácio e Baalbaki (2020, p. 50-51) teorizam:

a constituição do espaço de enunciação brasileiro (...) se dá na tensão continuada entre a língua dominante, dotada de escrita, que vai assumir os papéis imaginários de língua nacional e língua oficial, e a resistência, oferecida pelas línguas minorizadas – como é o caso da Libras.

A Língua Portuguesa encontra-se em uma posição privilegiada quando comparada à Libras, pois sua modalidade escrita é bem difundida e utilizada por seus falantes. Refletindo sobre a importância da escrita para a gramatização de uma língua, Pfeiffer (2001, p. 180) destaca:

para que haja gramática é preciso que haja o efeito de unidade da língua e este é construído no processo de gramatização em uma relação circular línguas-língua-gramática, balizada pela escrita que, por sua vez, é conformada por uma memória discursiva em que um de seus sentidos é recoberto pela própria ideia de urbanidade.

Dessa forma, a escrita possibilita o processo de gramatização de uma língua, o seu fortalecimento e um efeito de unidade. No caso da Libras, embora não seja considerada uma língua ágrafa, ainda são pouco conhecidas as suas formas de escrita, como, por exemplo, o SignWriting (Stumpf, 2005). Assim, a Língua Portuguesa assume a posição de língua nacional e cabe a Libras o lugar de língua minorizada, pois, de acordo com Buscácio e Baalbaki (2020, p. 50):

Há um processo de apagamento das outras línguas que são apresentadas apenas sob a forma da oralidade e, acrescentaríamos, da sinalização. Ou seja, línguas sem escrita não teriam o mesmo status e reconhecimento de língua nacional, uma vez que a escrita parece lhe imputar legitimidade e unidade.

No Brasil, temos o reconhecimento da Libras por meio da legislação federal, conforme a Lei nº 10.436/2005. Essa lei, em seu 1º artigo, garante: “É reconhecida como meio legal de

comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (Brasil, 2005, 1º art). No entanto, embora haja o reconhecimento da Libras, “observamos que a Libras é tomada como língua-tolerada – pela via do assistencialismo ou da difusão da política governamental” (Buscácio, Baalbaki, 2020, p. 63-64). Portanto, a Língua Portuguesa é considerada a língua nacional, e a Libras assume a posição de “um meio de comunicação”, produzindo o efeito de sentido de que serve, apenas, como um instrumento. A partir disso, observamos a necessidade de resistência e deslocamentos para que a Libras possa ser significada não como uma “língua-tolerada” ou “um meio de comunicação”, mas sim como língua; uma língua que produz sentidos.

### **Análise discursiva: piada em Libras da TV INES (Branca de Neve e os 8 anões)**

Selecionamos como *corpus* uma piada narrada em Libras disponibilizada na programação da TV INES. O título da piada é “Branca de Neve e os 8 anões”. A seleção desse *corpus* não se deu de forma aleatória, tendo em vista que essa escolha já é um gesto de análise (Orlandi, 2009). Observamos que essa narrativa produz uma crítica na forma como o sujeito surdo é significado, produzindo efeitos de sentido que se relacionam com o objetivo desta pesquisa, isto é, analisar discursivamente a programação da TV INES e compreender como os sujeitos surdos são significados em seus discursos.

Adicionalmente, como justificativa para a escolha deste *corpus*, consideramos o discurso de humor como uma forma de resistência. Falando sobre esse tipo de discurso, Gadet e Pêcheux (2004, p. 196) afirmam:

Além disso, há tudo o que separa uma ideologia dominada - pela qual a “normalidade” que lhe é historicamente imposta é o absurdo que se deve aceitar tal qual para sobreviver - de uma ideologia dominante e expansionista, reforçando a sua normalidade pela demonstração do seu absurdo.

Dessa forma, quando um discurso dominante é posto como uma “normalidade”, como na formulação de uma piada, trabalha-se com essa normalidade para demonstrar o seu “absurdo”. E, nesta piada escolhida como parte do *corpus* deste trabalho, observamos esse tipo de funcionamento, tendo em vista que as situações de exclusão vividas por sujeitos surdos são postas como uma “normalidade”, e, a partir disso, fica demonstrado um “absurdo”. Dito de outra maneira, em uma piada (uma narrativa contada que indica uma “normalidade”) temos a demonstração de um “absurdo” (a exclusão sofrida por sujeitos surdos na história). Assim, a



piada “A Branca de Neve e os 8 anões” funciona como um mecanismo de resistência contra a dominação imposta a sujeitos surdos, denunciando as formas como esses sujeitos foram dominados no decorrer da história. Logo, os efeitos de sentido produzidos nesta piada são relevantes para a análise discursiva proposta neste trabalho, pois ajuda-nos a compreender a forma como os sujeitos surdos são significados na história e os seus movimentos de resistência.

Segue a seguir a transcrição, em Língua Portuguesa, da piada em Libras intitulada “Branca de Neve e os 8 anões”<sup>1</sup>, vinculada à programação da TV INES:

**Quadro 1** - Transcrição em português da piada em Libras “Branca de Neve e os 8 anões”

O vídeo inicia com o encontro de um homem surdo com dois amigos surdos:

Amigo 1 - Olá! Está rindo do quê?

Amigo 2 (contador da piada) - Um amigo me contou uma história. Vocês querem que eu conte?

Amigo 1 - Sim! Quero! Deve ser uma piada...

O vídeo corta a cena dos três amigos conversando e inicia a história dramatizada:

Veio o dono do teatro e depois veio o produtor com uma ideia. O produtor mostrou o cartaz da peça “Branca de Neve e os Oito Anões” e pergunta ao dono do teatro:

- Você gostou da ideia?
- Sim, eu gostei.
- Então, vamos levar isso ao público?
- Sim!

O produtor da peça fechou o cartaz, foi andando, organizaram tudo e, depois que ficou pronto, divulgaram a peça por meio de cartazes. Chamaram as pessoas, contrataram a equipe e ensaiaram bastante. E chegou a Branca de Neve. Ela tratava bem a todos os anões, mas tratava com mais carinho o oitavo, dando quase nenhuma atenção aos demais. Eles ficaram muito zangados e com ciúmes do oitavo anão. Por isso, resolveram fazer uma rebelião contra o produtor da peça. Dessa forma, combinaram de ir reclamar com o produtor. Quando fizeram isso, os setes anões gritavam e se manifestavam. O produtor da peça, assustado, diz:

- Calma, pessoal! O que aconteceu?

---

<sup>1</sup> O vídeo pode ser acessado integralmente na plataforma da TV INES pelo link: <http://tvines.org.br/?p=2440> ou <https://youtu.be/0tStGAofLmA>. Acesso em: 3 fev. 2021.

- Nós não queremos que este anão continue na peça. Não é justo ele receber toda atenção da Branca de Neve e nada para nós! Vamos parar de participar da peça!

O diretor da peça concordou com os sete anões e chamou o oitavo anão e disse-lhe:

- Desculpa, mas vou te mandar embora!

Então, a equipe organizou tudo rapidamente e mudou o nome da peça para “Branca de Neve e os Sete Anões”. A peça começou e multidões encheram o teatro para a apresentação. Todos se sentaram e viram o novo cartaz da peça: “Branca de Neve e os Sete Anões”, mas acharam estranho, pois no bilhete que compraram mencionava oito anões. Todos no teatro conversam e fofocam sobre esse assunto.

A cena volta para o grupo de amigos surdos, composto agora por sete pessoas.

Amigo 1 - Espera! Não entendi! De 8 passou para 7?

Amigo 2 - Sim, porque o oitavo anão foi mandado embora. Ele era surdo.

Todos os amigos riem da piada e uma mulher diz:

- É verdade! Com os surdos é sempre assim!

Todos na mesa concordam com ela.

**Fonte:** TV INES, 2014

Essa história, narrada em Libras por sujeitos surdos, é uma materialidade discursiva e, portanto, pode ser analisada à luz dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso. Compreendemos aqui discurso como “efeito de sentidos entre os locutores”, conforme postulado por Orlandi (2009, p. 96). Desse modo, o discurso produzido nesta narrativa, em forma de piada, produz sentidos que não são transparentes. No entanto, “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento, que é possível apreender se não opomos o social e o histórico” (Orlandi, 2009, p. 20). A partir dessa perspectiva teórica, podemos compreender os efeitos de sentido de um determinado discurso, analisando-o como uma materialidade sócio-histórica.

Observamos, nesta narrativa em Libras, o jogo de sentidos entre paráfrase e polissemia. De acordo com Orlandi (1998, p. 15), “em termos discursivos teríamos a paráfrase como reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença”. Na piada, observamos o funcionamento da paráfrase quando alguns elementos do “mesmo” são reiterados na história, como a peça ter a participação de anões e da protagonista Branca de Neve, conforme a história

infantil clássica. No entanto, observamos, também, o funcionamento da polissemia, isto é, a diferença de sentidos, tendo em vista que alguns detalhes da história clássica são deslocados, como a presença de um oitavo anão surdo.

No decorrer desta narrativa, um dos anões é expulso da peça, pois os seus colegas de trabalho ficam com ciúmes da atenção especial recebida por esse anão por parte da Branca Neve. O diretor da peça concorda com os demais anões e decide mandá-lo embora. No final da história, é revelado que esse anão é surdo, e, então, é dita a frase: “Com os surdos é sempre assim!”

Desse modo, a ação de um surdo ser expulso, injustamente, devido ao comportamento de uma outra pessoa (do qual o anão surdo não tem nenhum controle), é colocada como um discurso regular. Afinal, “com os surdos é sempre assim”. Para depreender os efeitos de sentidos possíveis com essa formulação, podemos fazer um exercício parafrástico com o enunciado final da narrativa aqui analisada:

***Com os surdos é sempre assim.***

(P1) Com os surdos a exclusão é recorrente.

(P2) Com sujeitos surdos a exclusão sempre acontece.

(P3) Para sujeitos surdos, a exclusão é intrínseca à sua história.

Segundo Orlandi (2012, p. 135-136), “o que estamos fazendo, analiticamente, é produzindo paráfrases que funcionam ou por sinonímia, ou por substituições, ou por associações etc. E, estabelecendo relações entre elas, vamos explorando as possibilidades de sentidos”. Desse modo, buscando explorar as possibilidades de sentidos, observamos que a situação narrada não é formulada como um fato isolado, mas sim como algo naturalizado na história dos sujeitos surdos. A exclusão é a regra e não a exceção. Notamos aqui um efeito metafórico, entendido discursivamente como “deslocamento de significantes de uma região discursiva a outra, que produz outro efeito de sentido” (Cattellan, 2021, p. 132). Esse efeito nos remete aos acontecimentos históricos em que sujeitos surdos foram injustiçados. Tal exclusão faz alusão ao cenário sócio-histórico, pois:

No século XIX, os sujeitos que apresentavam alguma deficiência não eram concebidos como pessoas; eram excluídos por não apresentarem utilidade para

a sociedade. A visão do Estado sobre esses sujeitos era a de pesos sociais, e até morais (Barbosa, 2020, p. 26).

Nesse sentido, é interessante que o anão surdo, ao ser mandado embora da peça, não fala nada e nem mesmo lhe é permitido justificar a sua permanência. É mais uma vez silenciado e não tem o direito de defesa. A decisão, tomada por alguém de autoridade (o diretor da peça), com o objetivo de agradar determinado grupo, é soberana. Situação que, não por coincidência, é muito parecida com o que aconteceu no Congresso de Milão de 1880: a decisão soberana - dessa vez por parte do Estado - proibiu o uso da língua de sinais, expulsando-a da educação de surdos. Nesse período, os sujeitos surdos foram silenciados e não tiveram nenhum direito de defesa, pois sujeitos ouvintes, amparados pelo poder do Estado, decidiram que a língua de sinais não deveria mais ser usada. Tal situação é retomada, metaforicamente, pelo anão surdo da história.

Ainda é possível notar que o anão surdo não possui nenhuma fala na história. Sua participação é sempre narrada pela voz de outros. Embora a história gire em torno dele, não é o anão surdo que conta a história. Temos aqui, mais uma vez, um efeito de apagamento dos surdos na história, pois assim como aconteceu com outros grupos minorizados, como os indígenas, os sujeitos surdos não têm parte na produção de sentidos na história. Falando sobre os indígenas, Orlandi (1995, p. 58) destaca:

Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o índio, processo que colocou no silêncio. Nem por isso ele deixa de significar em nossa história.

Similarmente aos indígenas, os surdos também sofrem o apagamento na história, pois ela é produzida por outros sujeitos e não por sujeitos surdos. Todavia, esse apagamento não deixa de ter um significado. Na verdade, o silenciamento dos sujeitos surdos produz sentidos, e, ainda, produz a resistência desses sujeitos na história.

Além disso, sabemos que a história clássica tem o título de “Branca de Neve e os 7 anões”. No entanto, na narrativa contada, o título inicial seria “Branca de Neve e os 8 anões”, mas o anão surdo foi expulso da peça e, por isso, teve o seu título alterado. Temos aqui, novamente, o efeito de apagamento do surdo na história, pois uma história infantil clássica, com grande poder de circulação, teria um personagem surdo, mas esse foi expulso; seriam 8 anões e não 7. Dessa forma, observamos como efeito de sentido o apagamento do surdo na história.

Assim, não sabemos de sua existência na narrativa da Branca de Neve e os 7 anões. É como se o oitavo anão, surdo, nunca tivesse existido na história. Nessa mesma perspectiva, como efeito metafórico, os sujeitos surdos também foram apagados na história, pois, por muito tempo, foram censurados e silenciados. Por conseguinte, não podem ocupar a posição de um personagem na história, já que foram expulsos e apagados pelo Estado, o qual autoriza e legitima sujeitos a realizarem esse apagamento. Nota-se aqui o funcionamento do Aparelho Ideológico do Estado (AIE), representado pelas instituições, que funcionam por meio da ideologia (Althusser, 1985). Tal exclusão faz parte do sistema capitalista e neoliberal vigente. Nesse ponto, de acordo com Orlandi (2014, p. 34), "as desigualdades e a segregação fazem parte das práticas sociais desse sistema assim constituído".

Ademais, neste objeto discursivo, observamos em jogo a presença de uma formação discursiva hegemônica preconceituosa e excludente, que significa o sujeito surdo como incapaz. O surdo é visto como deficiente, defeituoso e inferior. Portanto, não pode participar da peça; deve ser excluído. Ele não se encaixa nos padrões de perfeição idealizados por sujeitos dessa formação discursiva. O motivo da sua expulsão vai muito além do ciúme gerado pelo tratamento especial recebido da protagonista da peça. Está ligado a uma memória discursiva que remete a um discurso discriminatório contra pessoas com deficiência.

Ressaltamos que essa formação discursiva dominante, que perpetua o discurso de discriminação contra pessoas com deficiência, não faz isso por desejo próprio. Não é por "maldade"; pelo menos não de modo intencional. É algo que funciona no inconsciente e está ligado a formações ideológicas que não são controladas pelos sujeitos, pois o interdiscurso funciona no inconsciente e o sujeito não se dá conta do seu funcionamento (Orlandi, 2009).

Outro efeito de sentido que essa narrativa produz está relacionado ao comportamento da protagonista da história: a Branca de Neve. Ela "tratava com mais carinho o oitavo, dando quase nenhuma atenção aos demais". Essa atitude nos faz lembrar o discurso assistencialista, em que o surdo é significado como um "coitadinho" e, por isso, deve receber uma atenção especial. Sujeitos que formulam seus discursos a partir dessa formação discursiva pensam que estão ajudando, mas, na verdade, não enxergam o surdo como alguém igual, porque acreditam que o surdo sempre vai precisar da sua assistência para constituir-se como sujeito. Afinal, nessa concepção, ele é deficiente, ou seja, incompleto, e o sujeito assistencialista acredita que pode

completá-lo com a sua ajuda, ou, pelo menos, torná-lo menos incompleto. No entanto, no final da história, damos-nos conta de que a formação discursiva excludente e a formação discursiva assistencialista possuem uma linha tênue entre elas, tendo em vista que a Branca de Neve não fez nada para impedir a expulsão do anão surdo, e a peça aconteceu normalmente, com a sua participação, e sem a presença daquele que, aparentemente, tinha a sua atenção especial. Ainda, de acordo com Baalbaki e Silva (2022, p. 240):

Nesse modelo de educação assistencialista, baseado na “piedade” e na “caridade” cristãs, haveria a identificação da surdez com uma deficiência e do surdo como um sujeito-em-falta, que não possui o mesmo estatuto que os sujeitos não-surdos e devedor da sua bondade.

Observamos, também, deslocamentos na inscrição do sujeito surdo na história. Essa posição é deslocada para um sujeito (surdo) como o único que tem conhecimento da existência de um oitavo anão na história da Branca de Neve. Os outros sujeitos, ouvintes, não sabem nada sobre isso. Dessa maneira, o sujeito surdo é posto como aquele que, imaginariamente, tem o conhecimento da “totalidade”. O sujeito ouvinte estaria em uma posição-outra, isto é, a de não-conhecedor desta “totalidade”. Nesse sentido, Pêcheux (1995) afirma que os chistes (ou piadas) funcionam como um sintoma da resistência ao assujeitamento ideológico. Logo, notamos que esta piada funciona como um mecanismo de resistência dos surdos contra a dominação, já que esses sujeitos estariam, nesta narrativa, em uma posição-outra (superior), de conhecedor da totalidade, diferente da posição ocupada por aqueles que o dominam.

Portanto, observamos nesta narrativa a presença de uma memória discursiva, compreendida como algo já-dito em um outro momento (Orlandi, 2009). Nesse sentido, na constituição discursiva nacional, é possível notar discursos que consideram o surdo como alguém inferior ao ouvinte e incapaz. Esses discursos, considerados como discursos fundadores da educação de surdos no Brasil (Coimbra; Fragoso, 2023), fazem parte de uma memória que ressoa nas produções discursivas da atualidade, pois o sujeito surdo ainda é significado como alguém que não se encaixa no padrão hegemônico estabelecido e, desse modo, deve ser excluído. Tal discursividade é colocada como uma regularidade, porque, de acordo com o final da narrativa, “com os surdos é sempre assim”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um fato que reclama sentidos é a interrupção na transmissão da programação da TV INES. Em março de 2021, foi anunciado pelo INES<sup>2</sup> que a TV INES sofreria uma interrupção temporária devido a problemas contratuais com a empresa responsável por sua transmissão. No entanto, mesmo sendo dito que seria algo temporário - produzindo o efeito de sentido que seria retomada a transmissão dessa TV - até o momento isso não ocorreu (junho de 2023). Tal interrupção produz sentidos, os quais podem ser analisados por meio das condições de produção do cenário brasileiro, como os retrocessos sofridos por grupos minorizados.

Além disso, consideramos que a diversidade das experiências humanas não é um problema. Todavia, as formações discursivas discriminatórias tentam silenciar quaisquer experiências que não se encaixam em um padrão dominante estabelecido. Nesse sentido, de acordo com Orlandi (2012, p. 198), observamos o funcionamento do preconceito, o qual “é uma forma de censura para impedir o movimento, a respiração dos sentidos e dos sujeitos e, conseqüentemente, de barrar novas formas sociais e históricas na experiência humana”. Dessa forma, o discurso preconceituoso tenta apagar sentidos e impedir novas formas (sociais e históricas) da experiência humana. Isso fica materializado nas tentativas de “desmutização” dos sujeitos surdos, as quais agiram para impedir a constituição desse sujeito por meio da língua de sinais e da visualidade. Para isso, foi usada a imposição da língua oral e do modo de vida ouvinte para sujeitos surdos.

Dessa maneira, é importante compreendermos o funcionamento discursivo e que os sentidos não chegam até nós do nada, ou seja, existe uma rede de significação que (re)produz esses sentidos. Tais dizeres estão relacionados a uma memória discursiva, isto é, a um já-dito que atravessa os discursos da atualidade. A disciplina que nos permite compreender esse funcionamento é a Análise de Discurso. Dessa forma, compreendermos como os discursos chegam até nós e que esses são re(produzidos) por uma trama de significação nos dá a possibilidade de realizarmos os deslocamentos necessários. Assim, a compreensão do funcionamento de uma memória discursiva que significa os sujeitos surdos possibilita deslizamentos de sentido, pois “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros” (Orlandi,

---

<sup>2</sup> Nota oficial do INES sobre a interrupção da TV INES. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/component/content/article?id=1095>. Acesso em: 20 jun. 2022.

2009, p. 35). A partir disso, tornamos-nos sujeitos menos ingênuos ao entendermos que não somos a origem dos nossos dizeres, mas que os sentidos são produzidos por uma rede discursiva, a qual, ao mesmo tempo, reproduz discursos (paráfrase) e produz deslocamentos (polissemia) (Orlandi, 2009).

Logo, os sentidos são reproduzidos, mas também há espaço para deslocamentos. É nesse jogo de reprodução e produção que os sentidos se constituem. Neste jogo, temos, de um lado, a paráfrase que representa a reprodução de sentidos. Do outro lado, temos a polissemia, a qual representa a possibilidade de ruptura nos sentidos. Segundo Orlandi (2009, p. 34), “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”. Assim, o funcionamento da linguagem se dá nesse processo de tensão entre a paráfrase e a polissemia e, a partir disso, os significados de “ser surdo” são reproduzidos (o mesmo) e produzidos (o diferente). No entanto, o que queremos destacar é que há a possibilidade de ruptura nesses processos de significação, ou seja, é possível que a forma como os sujeitos surdos são significados na história seja sempre outra. Dessa maneira, embora exista a reprodução de sentidos, também há espaço para deslizamentos de sentidos, conforme observamos nos discursos da programação da TV INES analisados neste artigo.

Portanto, mesmo com todas as tentativas de silenciamento e apagamento do sujeito surdo e da língua de sinais, vimos que esses resistiram. Segundo Mariani (2020, p. 21), “o que é silenciado retorna e retorna muitas vezes de formas imprevisíveis nos movimentos de resistência”. Esses movimentos de resistência deslocam o sentido de “ser surdo”. Não são sujeitos incapazes e infelizes, mas são sujeitos que se orgulham da sua língua, de um grupo-cultura-outro e das suas experiências visuais. Desse modo, o discurso: “Tenho orgulho de ser surdo!” passa a fazer sentido e a produzir sentidos.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAALBAKI, A. C. F.; ANACHORETA, V. G. T. Em nome da (in)felicidade: como saberes da língua portuguesa aparecem em materiais didáticos para surdos na década de 1950. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 47, p. 91–120, 2021. DOI: 10.20396/lil.v24i47.8664219. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8664219>. Acesso em: 11 nov. 2021.



BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; SILVA, Luiz Felipe Andrade; O bem e o direito: o status de cidadão do sujeito-surdo no Brasil e o estatuto da Libras. In: **RUA** [online]. Volume 28, número 1 - e-ISSN 2179-9911 - Junho/2022.

BARBOSA, Priscila Costa Lemos. **Análise de Discurso sobre Educação de Surdos no Século XIX**: um gesto de leitura. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.626** - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BUSCÁCIO, L. L. B.; BAALBAKI, A. C. F. O fantasma do "monolinguismo" continua rondando: dizeres sobre a(s) língua(s) do/no Brasil e sujeito surdo. **Fragmentum**, [S. l.], n. 55, p. 45-67, 2020. DOI: 10.5902/2179219441898. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/41898>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CALDAS, B.; BAALBAKI, A. C. S.; BUSCÁCIO, L. L. B. Movimentos sociais, sujeitos surdos e resistência. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S.; DELA-SILVA, S.. (Org.). **Discursos da resistência: literatura, cultura, política**. V. 1. São Paulo: Pedro & João, 2020, p. 51-77.

CATTELAN, João Carlos. O efeito metafórico de metáfora/metonímia em Michel Pêcheux. **Revista da Anpoll**, 52(1), 125-141, 2021.

COIMBRA, Matheus; FRAGOSO, Élcio. Discursos fundadores da educação de surdos no Brasil: a presença do discurso médico nos modos de significar o sujeito surdo. **RE-UNIR- Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia**, v. 10, n. 1, p. 185-199, 2023.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GESSER, A. **LIBRAS**: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

INES, INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Atas do Congresso de Milão 1880**. ROCHA, S. M. R. (org.). Série Histórica, Volume 2, 2011.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Glossário de termos do discurso** - edição ampliada. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

LIMA, C. P. ; LOPES, M. Oralismo e Implante Coclear: memória e (re) atualização. **Diálogos Pertinentes**: Revista Científica de Letras, v. 16, p. 220-239, 2020.

MARIANI, Bethania. Discursos de resistência e testemunhos. GRIGOLETTO, E. NARDI, D. e DELA-SILVA, S. **Discursos da resistência**: literatura, cultura, política. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 16-31, 2020.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista. – discurso do confronto**: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, v. 4, n. 1, p. 9-20, 1998.

- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 8ª ed. São Paulo: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Linguagem, Sociedade, Políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX e XX. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das Ideias Linguísticas**. Campinas, S.P.: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 167-184.
- QUADROS, Ronice Muller; PIZZIO, Aline Lemos; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Língua Brasileira de Sinais I. **Apostila do curso de Licenciatura em Letras/Libras na Modalidade a Distância**. Florianópolis, 2007.
- SILVA, Yéssica Lopes da. **TV INES: O protagonismo surdo na produção de conteúdo audiovisual que promove informação, cultura e língua**. Mestrado em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.
- STROBEL, Karin Lilian. **História dos surdos**: representações “mascaradas” das identidades surdas. Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul: 18-37, 2007.
- STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema Signwriting**: línguas de sinais no papel e no computador. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Estudos Interdisciplinares, Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

**Recebido em:** Junho/2023.

**Aprovado em:** Setembro/2023.